



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

CONTRATO

N.º 30/2019

“Aquisição do Serviço de Reparação da Viatura 27-AI-72”

Aos 2 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho em Sines, foi celebrado o seguinte contrato de aquisição de serviços; -----

Entre: -----

Município de Sines pessoa coletiva de direito público número 502 563 010, com sede no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, representado neste ato pelo Sr. **Fernando Miguel Ramos**, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sines, no uso de competência delegada por despacho do Sr. Presidente datado de 1/11/2018, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12.09, no exercício de funções nos termos da alínea f), do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **primeiro outorgante**; -----

e, -----

Palmeiro & Martins - Serviços de Metalomecânica, Lda, com o número de identificação fiscal 506 085 287, com sede na Rua Dr. Azevedo Neves nº 37, 2700-276 Amadora, neste ato representado pela senhora D. Edite de Jesus Palmeiro Velez, na qualidade de representante legal, qualidade e poderes confirmados pela consulta da certidão permanente com o código de acesso número 8232-5372-8328, subscrita a 09/06/2017 e válida até 09/06/2019, como **segundo outorgante**; -----

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 7/3/2019, que se rege pelas seguintes cláusulas: -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

PRIMEIRA

Objeto

A presente aquisição de serviços tem por objeto a “**Aquisição do serviço de reparação da viatura 27-AI-72**”, nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base ao ajuste direto, Processo n.º 2019/300.10.005/190 bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato. ---

SEGUNDA

Preço Contratual

Pela aquisição de serviços, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de € 19 107,25 (Dezanove mil, cento e sete euros e vinte e cinco cêntimos). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de € 4 394,67 (Quatro mil, trezentos e noventa e quatro euros e sessenta e sete cêntimos), o que perfaz o valor global de € 23 501,92 € (Vinte e três mil, quinhentos e um euros e noventa e dois cêntimos). -----

Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

TERCEIRA

Prazo de Execução do Contrato

O prazo de execução é de 30 (Trinta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato. -----

QUARTA

Prestação de Caução

Encontra-se dispensada a prestação de caução.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

QUINTA

Condições de Pagamento

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----

Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN. -----

SEXTA

Gestor do Contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato o Sr.-----

Nome: Luís Costa na qualidade de Técnico Superior, do Serviço. Gestão de Frota de máquinas e viaturas-----

Telefone Fixo: 269 630 230; -----

Email: lccosta@mun-sines.pt ; -----

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato; -----

3. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

SÉTIMA
Prevalência

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

a) Caderno de Encargos; -----

b) A proposta adjudicada; -----

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

OITAVA
Cabimento/ Compromisso

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 07/010602, cabimento n.º 1528 e compromisso n.º 18133.---

NONA
Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

DÉCIMA
Disposições Finais

No aqui omisso aplicar-se-ão as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislações aplicáveis ao objeto do contrato. -----

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação, conjugado com o artigo 164.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: www.base.gov.pt, advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 27/02/2019 e válida por quatro meses. -----

- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças da Amadora, a 27/02/2019, com validade de três meses. -----

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser assinado pelos intervenientes. -----

Feito em duplicado, a 2 de abril de 2019.

O Primeiro Outorgante

Fernando Miguel Ramos

O Segundo Outorgante

Edite de Jesus Palmeiro Velez

